

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº
(Do Sr. Rubens Bueno)

Solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre irregularidades encontradas no projeto e, consequentemente, na execução das obras da Ferrovia Norte-Sul.

Senhor Presidente:

Requeremos a V. Exa., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, inciso I, e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos as seguintes informações sobre irregularidades encontradas no projeto e, conseqüentemente, na execução das obras da Ferrovia Norte-Sul:

- O responsável pela elaboração do projeto da Ferrovia Norte Sul;
- A data de aprovação do projeto e o setor do Ministério dos Transportes ou órgão vinculado a ele que aprova projetos dessa natureza;
- As providências adotadas pelo órgão para apurar as eventuais irregularidades e, se for o caso, responsabilizar os infratores;
- As eventuais soluções encontradas para sanar as falhas de projeto;
- A estimativa do aumento do custo do projeto, em moeda nacional, das soluções corretivas para se ter a obra concluída e efetivamente funcionando;
- A estimativa da data de entrega das obras da Ferrovia Norte-Sul.

Justificativa

Em reportagem veiculada em 12 de setembro do corrente ano, o jornal O Estado de São Paulo destacou o trabalho de auditoria, desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União - TCU, nas obras da Ferrovia Norte-Sul.

Segundo a publicação, foi feita a auditoria em quatro lotes da obra, com 527 quilômetros, entre Ouro Verde de Goiás (GO) e o Rio Arantes (MG). De acordo com o tribunal, apesar do avanço dos demais serviços, a estatal responsável pelas ferrovias não contratou empresas para elaborar os projetos

executivos das chamadas obras de arte especiais, que, sem elas, a estrada não teria nenhuma funcionalidade. A matéria alerta que nem sequer o estudo das condições do solo, necessário para definir a estrutura das pontes e viadutos - e, conseqüentemente, seus custos - foi feito.

As falhas de projeto são tantas que, para o TCU, não é possível indicar, em pleno andamento da obra, qual será seu traçado final. Sítios arqueológicos e linhas de transmissão cruzam o caminho, o que impõe a interrupção dos serviços em alguns pontos. A solução para os problemas pode ser o redesenho dos trilhos, com custos extras para o governo. A Valec ainda não indicou, porém, que medidas adotará.

O ministro relator do TCU Augusto Sherman destacou as implicações da alteração do traçado. A primeira é a indefinição da configuração final da obra. Mais grave ainda é que essas alterações desfiguram o objeto licitado, provocam alterações imprevisíveis nos custos das obras e acarretam atrasos e custos adicionais. Podem ainda resultar na perda de parte das obras já executadas. Como se não bastasse, as alterações demandarão novas desapropriações, bem como podem depender de novos licenciamentos ambientais.

Essa irresponsabilidade poderá obrigar, portanto, a mudança do traçado da ferrovia, com a perda de trechos já concluídos e conseqüente prejuízo milionário aos cofres públicos. O mesmo tipo de má gestão já provocou uma elevação de mais de R\$ 4 bilhões nas obras de transposição do Rio São Francisco.

Sem a Norte-Sul, o País perde R\$ 12 bilhões ao ano entre cargas não transportadas, tributos não arrecadados, poluição pelo uso alternativo de caminhões e afins, segundo estudo da Valec, a estatal responsável pela ferrovia que, estima-se, já tenha consumido R\$ 8 bilhões.

Em maio deste ano, Luiz Fayet, consultor da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), lembrou que 46 milhões de toneladas de soja para exportação são produzidos acima do paralelo 16, onde começa o trecho do lote 4 da Norte-Sul.

Não bastassem as suspeitas de superfaturamento e corrupção que levaram à prisão o ex-presidente da Valec, José Francisco das Neves, o

Juquinha, as obras da Ferrovia Norte-Sul correm o risco de serem entregues e não servirem para a passagem de nenhuma locomotiva.

Diante desses fatos, solicitamos que seja encaminhado pedido de informação ao Ministério dos Transportes para esclarecer as graves falhas apontadas pela auditoria do Tribunal de Contas da União e, tendo conhecimento dessas irregularidades, informar as providências adotadas para sanar os erros e punir os eventuais responsáveis.

Sala das Sessões, em de setembro de 2012.